

Políticos e empresários contestam juros tabelados

JORNAL DO
BRASIL

13 MAI 1988

Uma saraivada de críticas foi disparada ontem de todo o país, por políticos e empresários, contra a decisão aprovada pela Constituinte de tabelar os juros bancários em 12% reais ao ano. Dos mais contundentes, o governador Moreira Franco afirmou que tem defendido intransigentemente a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, "mas a minha luta não é para garantir a primazia da ignorância". Segundo Moreira Franco, "fixar a taxa de juros na Constituição é demonstração de absurdo desconhecimento das leis mais elementares da economia do país".

O governador do Rio, no entanto, está preocupado em que o fato não seja usado para "desprestigiar ou arranhar a legitimidade da Constituinte", mesmo sendo, como é, uma "decisão errada e inócua". Mais suave em suas críticas, o presidente do Banco Central, Elmo Camões, alertou para o fato de que "seria melhor deixar alguns pontos para a lei complementar, porque, determinados indicadores, como taxas de juros, poderiam ser mudados mais facilmente se não constassem da Constituição". Camões comentou que na sua opinião a Constituinte está "detalhando demais certos pontos".

"Eles acabaram de colocar os grilhões na sociedade e nos bancos". Com esta declaração, o presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, José Carlos Jacintho de Campos, indicou ontem, em entrevista em Belo Horizonte, a estratégia que os banqueiros vão usar para evitar a aprovação do tabelamento dos juros na rodada final da Constituinte. Os bancos vão usar o argumento de que a medida prejudica não apenas os bancos mas toda a sociedade, porque haverá

natural retração da oferta de crédito. "Não vamos ficar quietos, porque estamos convencidos de que eles acabaram de colocar uma camisa-de-força em toda a sociedade", disse Jacintho de Campos, que é diretor de operações do banco Bozzano, Simonsen.

O ministro da Cultura, Celso Furtado, foi a única voz discordante no meio de todas as críticas. "Não é uma medida sem sentido, como muitos economistas dizem", explicou Furtado. Ele acha que é uma resposta exagerada (o tabelamento) a uma situação também exagerada (as taxas cobradas atualmente no país). Segundo Celso Furtado, na França, país onde já morou, também há tabelamento de juros. A única diferença é que ele não é fixado em Constituição.

A Federação Nacional dos Bancos divulgou ontem extenso relatório contra o tabelamento dos juros, alegando que, não podendo ter este instrumento de política monetária, restará ao governo apenas a alternativa do choque fiscal com demissões e cortes nas despesas. Segundo o presidente da Fenaban, Antônio Pádua Rocha Diniz, esse tema polêmico "coloca em lados opostos a classe dos banqueiros e os constituintes".

O presidente em exercício do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu, explicou que, com o choque do petróleo, as taxas internacionais de juros chegaram a 21%, mas, com a administração dos bancos centrais, elas acabaram voltando aos níveis normais. Não se pode perder esse instrumento, porque "as conjunturas são imprevisíveis", alerta Moraes Abreu.

Americanos estão duvidando

Roberto Garcia
Correspondente

Funcionários de organismos internacionais sediados em Washington reagiram com incredulidade à notícia de que a Constituinte brasileira teria tabelado os juros e imposto restrições sobre os serviços que bancos do país podem prestar aos seus clientes. "A única consequência prática do tabelamento será o desaparecimento da mercadoria, nesse caso o dinheiro", disse um deles, explicando que "num país de velhas tradições inflacionárias e que sofre com a exiguidade de capital, qualquer medida desse tipo acabará saindo pela culatra".

Henry Nau, um economista da George Washington University, comentou: "Aqui geralmente achamos que dinheiro é uma mercadoria, igual a arroz, açúcar ou cebola, com seu preço determinado pela oferta e procura". Segundo esse raciocínio, se a demanda for maior que a oferta o preço do dinheiro subirá, independente do tabelamento. Ele acrescentou: "É mais fácil esconder dinheiro do que boiada e no tempo do cruzado até as boiadas sumiram".

Segundo economistas internacionais, a tentativa da Constituinte seria tão obsoleta quanto esforços anteriores de grupos religiosos ou fanáticos políticos. Assim, a Igreja Católica já proibiu a cobrança de juros na Idade Média e a revolução xiita, no Irã, nos últimos anos tentou a mesma coisa, com resultados igualmente contraproduzidos. "O efeito é semelhante à proibição das bebidas alcoólicas, que fez parte da Constituição americana, 50 anos

atrás. Ninguém que queria beber deixou de fazê-lo. Mas beber passou a ser um crime e a Máfia virou popular. No Brasil os agiotas vão prosperar", afirmou um desses especialistas.

Por outro lado, as restrições à diversificação dos serviços prestados pelos bancos parece igualmente nociva aos olhos dos especialistas americanos. "Isso é o contrário do que todos os países industrializados estão fazendo. Na Europa Ocidental, no Japão, no Canadá e nos Estados Unidos, os bancos atuam com crescente flexibilidade. Ao restringir os bancos brasileiros, os legisladores do país vão impedir de crescer e de competir no exterior", disse Andrew Green, do jornal American Banker.

Até fins da década passada, muitos estados norte-americanos tinham leis contra a usura que limitavam os juros que instituições de crédito de sua jurisdição podiam cobrar. Essas leis limitavam juros a uma faixa média entre 12% e 18%. Mas quando a taxa de inflação subiu a dois dígitos em 1975-1976 e, depois, a partir de 1979, essas leis foram todas revogadas. A aprovação dessas leis fazia sentido no período pós-guerra nos Estados Unidos porque a inflação anual nunca ultrapassou 10%.

Apesar dos temores de que as restrições à diversificação de serviços bancários possa impedir um empréstimo do Banco Mundial para saneamento do sistema financeiro brasileiro, funcionários do Bird disseram ontem que isso dificilmente iria ocorrer. "O banco tenta ajudar os países, sempre adequando-se às leis locais", disse um porta-voz. Mas ele admitiu que num país em que tudo "já está tão difícil, a introdução de maior rigidez parece insensata".